IV ENCONTRO DE PESQUISA JURÍDICA: O DIÁLOGO ENTRE A SOCIEDADE, O ESTADO E A CONSTITUIÇÃO – SÉRIE ESPECIAL: DIREITO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2024

Autor(res)

Denilson Da Silva Pereira

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

Introdução

INTRODUÇÃO

As eleições de 2024 representam um marco importante para a democracia brasileira, envolvendo a escolha de representantes municipais em 5.570 cidades do país. Nesse contexto, o papel do Direito Eleitoral torna-se essencial para assegurar a legitimidade do processo democrático e a segurança jurídica. A evolução do Direito Eleitoral no Brasil é um reflexo direto do constante diálogo entre a sociedade, o Estado e a Constituição, o que demanda uma análise crítica e interdisciplinar dos aspectos jurídicos e sociais envolvidos. Este trabalho visa explorar a importância do exercício democrático, refletindo sobre os desafios e avanços na regulamentação eleitoral e suas implicações para o fortalecimento das instituições democráticas.

Objetivo

O objetivo deste estudo é analisar as principais mudanças na legislação eleitoral brasileira e seus impactos nas eleições de 2024, destacando os aspectos jurídicos que influenciam o exercício do voto e a participação popular. Pretende-se ainda promover uma reflexão sobre a importância da segurança jurídica no processo eleitoral e o papel das instituições no fortalecimento da democracia.

Material e Métodos

Para a realização deste estudo, foi adotada uma abordagem metodológica qualitativa, com revisão bibliográfica e análise documental. A pesquisa foi baseada em fontes primárias e secundárias, como a legislação eleitoral vigente, resoluções do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), artigos científicos, livros e publicações especializadas. O levantamento bibliográfico concentrou-se na análise das mudanças na legislação eleitoral desde as últimas eleições, incluindo aspectos como propaganda eleitoral, financiamento de campanhas e participação política. Foram consultadas decisões judiciais relevantes para compreender a aplicação prática das normas e os desafios enfrentados. A discussão será enriquecida por entrevistas com especialistas em Direito Eleitoral, a fim de obter uma perspectiva prática sobre os impactos das mudanças legais.

Resultados e Discussão

Para a realização deste estudo, foi adotada uma abordagem metodológica qualitativa, com revisão bibliográfica e análise documental. A pesquisa foi baseada em fontes primárias e secundárias, como a legislação eleitoral vigente, resoluções do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), artigos científicos, livros e publicações especializadas. O levantamento bibliográfico concentrou-se na análise das mudanças na legislação eleitoral desde as últimas eleições, incluindo aspectos como propaganda eleitoral, financiamento de campanhas e participação política. Foram consultadas decisões judiciais relevantes para compreender a aplicação prática das normas e os desafios enfrentados. A discussão será enriquecida por entrevistas com especialistas em Direito Eleitoral, a fim de obter uma perspectiva prática sobre os impactos das mudanças legais.

Conclusão

Conclui-se que as mudanças na legislação para as eleições de 2024 buscam fortalecer o processo democrático, promovendo maior igualdade nas disputas eleitorais. Entretanto, a aplicação prática das normas continua sendo um desafio, especialmente no que diz respeito ao uso das redes sociais e ao combate à desinformação. Para que a segurança jurídica seja efetivamente garantida, é necessário um esforço contínuo de adaptação das normas e de fiscalização por parte das instituições responsáveis.

Referências

REFERÊNCIAS

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Resoluções para as eleições de 2024. Disponível em: www.tse.jus.br. Acesso em: 20 out. 2024.

SILVA, J. A. Direito Eleitoral Brasileiro. 4ª ed. São Paulo: Editora Jurídica, 2022.

MENDES, G. S.; CARVALHO, R. F. "Eleições e Democracia no Brasil". Revista Brasileira de Direito Público, v. 18, n. 3, p. 15-35, 2023.

MORAES, A. "Comentários à Constituição do Brasil: Direitos Políticos e Eleitorais". São Paulo: Editora Atlas, 2021.